



INFORMATIVO

M E N S A L



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS



DEPUTADO THIAGO ABRAHIM PROPÕE CADASTRO ESTADUAL COM INFORMAÇÕES DE AGRESSORES NO AMAZONAS

O deputado estadual Thiago Abrahim (União Brasil) apresentou, no dia 10 de outubro, o projeto de lei nº 791/2023 que dispõe sobre a criação de um cadastro estadual de informações para o combate à violência contra a mulher.

"Os índices de violência contra mulheres são alarmantes no Amazonas. O cadastro estadual objetiva reunir informações de pessoas com condenação transitada em julgado pelos crimes fundamentados na Lei Maria da Penha", explicou Abrahim. De acordo com o projeto de lei, o cadastro será disponibilizado por meio de sistema informatizado, com acesso restrito e exclusivo aos membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Poder Judiciário e das Polícias Civil e Militar.

"O cadastro reunirá dados pessoais do agressor, foto, endereço da residência, circunstâncias e local onde o crime foi praticado. O projeto de lei cria mecanismos para coibir a violência familiar no âmbito do Estado do Amazonas e, conseqüentemente, visa facilitar a identificação e a investigação pelas autoridades competentes", disse o parlamentar.

Dados da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas – Dr^a Rosemary Costa Pinto (FVS-RCP) apontam 4 mil casos de violência contra a mulher no Amazonas, em 2022. O número representa o aumento de 15,17%, em comparativo a 2021.

"Não podemos permitir que esses agressores continuem soltos e com o risco de agredirem outras mulheres. Importante que os órgãos competentes tenham ferramentas para que possam monitorar cada caso e que esses agressores sejam punidos", concluiu Abrahim.

De acordo com a matéria, a lei em questão entrará em vigor após decorridos noventa dias de sua sanção governamental.

ORIENTAÇÃO

Vítimas de violência doméstica devem registrar um Boletim de Ocorrência (BO) diretamente em uma das três Delegacias Especializadas em Crimes contra a Mulher, em Manaus, ou na delegacia do seu município e, podem solicitar medida restritiva contra o agressor.

As denúncias podem ser feitas através dos telefones 180 e 181 ou do atendimento emergencial no 190.



PORTO DE ITACOATIARA É INTERDITADO APÓS DESLIZAMENTO E DEPUTADO PEDE QUE AUTORIDADES TOMEM AS PROVIDÊNCIAS

Após o desabamento ocorrido no Porto Antônio Nelson de Oliveira Neto, em Itacoatiara, na madrugada do dia 11 de outubro, o deputado estadual Thiago Abraham (União Brasil) pediu às autoridades que tomem as devidas providências para evitar que outros portos sejam atingidos com o problema. O porto está interditado.

"Lamento o desabamento no porto novo, utilizado na carga e descarga de produtos da agricultura e que abastecem Itacoatiara e região, assim como no transporte de passageiros. Essa é uma triste realidade que assola o nosso Estado devido a essa grande seca. O mais preocupante é que próximo a esse porto também temos o Terminal Fluvial do Brasil, que é o porto responsável pelo abastecimento tanto na capital quanto no interior. Peço às autoridades que tomem as devidas providências para evitar que situações como essa possam se repetir", disse Abraham.



Imagem de G1

De acordo com o deputado do União Brasil, equipes da Marinha, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Defesa Civil e Secretaria de Meio Ambiente estiveram no local, juntamente com o prefeito de Itacoatiara, Mário Abraham.

"O deslizamento levou a estrutura da plataforma de acesso à da rampa da balsa desabar. Graças a Deus não houve vítimas ou danos materiais severos. O prefeito Mário Abraham, prontamente, acionou as autoridades e esteve com o superintendente do DNIT Orlando Fanaia, que informou que tomará as providências para a retomada das atividades do Porto", explicou.



Porto em 2018, antes do desabamento, Imagem de G1

Thiago Abraham destacou o potencial logístico de Itacoatiara para os municípios do Amazonas e a ligação da região Norte com o restante do país.

"Sabemos que para reconstruir totalmente o Porto Novo vai levar ao menos dois anos. É um grande prejuízo acarretado pelo fenômeno das terras caídas que atinge todo o nosso estado. Esse é um dos pontos que atingiu Itacoatiara. Registro também o desabamento ocorrido na região do Mangueirinha, no rio Arari, onde 5 mil pessoas ficaram isoladas. Entramos em contato com órgãos responsáveis e pedimos apoio para buscarmos rápidas soluções para estes problemas", concluiu.



DEPUTADO SUGERE USO DO PORTO DE ITACOATIARA PARA SUBSIDIAR POLO INDUSTRIAL DE MANAUS

O deputado estadual Thiago Abrahim (União Brasil) sugeriu ao governo do estado, que o Porto Engenheiro Antonio Nelson de Oliveira Neto, em Itacoatiara, seja utilizado para assistência e apoio subsidiário ao Polo Industrial de Manaus (PIM)

"Parabenizo o governo do estado mais uma vez pelas suas ações e pelo o que tem feito no combate à estiagem que assola o Amazonas e que traz uma grave crise financeira, social, econômica para o nosso estado. O porto de Itacoatiara tem suporte para atracação de navios de grande calado, onde é possível navegar durante o ano inteiro, tanto no período da cheia quanto no período da seca. Isso é necessário para abastecer o PIM. Itacoatiara é uma cidade completamente adaptada e ligada com a rede nacional de energia elétrica através do Linhão de Tucuruí. Sem falar de um aeroporto que está totalmente reformado", disse Abrahim.

O presidente da Comissão de Assuntos Municipais, Desenvolvimento Rural e Regional da Assembleia Legislativa destacou a necessidade de adequação na estrutura e equipamento do porto de Itacoatiara, que tem, segundo o parlamentar, grande potencial logístico.

"Temos a questão da zona de praticagem em Itacoatiara. Existem alguns portos privados como o Terminal Graneleiro Hermas e TFB, Portos Fluviais do Brasil entre outros, que acabam gerando investimento, emprego e oportunidade. É preciso que possamos explorar melhor esse potencial logístico na foz do Rio Madeira. Todo o produto que sai do Polo Industrial para o exterior através de navios passa por Itacoatiara", explicou o parlamentar.

O deputado do União Brasil também mencionou a importância da revitalização da BR AM-010, que liga os municípios de Manaus, Rio Preto da Eva e Itacoatiara.

"Temos uma estrada que está linda, principalmente do trecho entre Itacoatiara até Rio Preto da Eva, onde está praticamente recuperado, faltando o último trecho, apenas. A obra é fruto de investimentos do governo do estado, em parceria com o governo federal, através de emendas do senador Omar Aziz, que destinou mais de R\$ 200 milhões para o município de Itacoatiara. A região do Médio e Baixo Amazonas serão totalmente beneficiadas com essa rodovia", concluiu.

GOVERNO ATENDE PEDIDO DE THIAGO ABRAHIM E ALEAM APROVA PL PARA ANISTIA DE DIVIDAS DE PRODUTORES AFETADOS PELA ESTIAGEM

Imagem de Edmar Barros/AP - Estadão



Após o deputado estadual Thiago Abrahim (União Brasil) ter requerido remissão e anistia de dívidas junto à Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM) para produtores mais atingidos pela estiagem, o governador Wilson Lima encaminhou à Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM) o projeto de lei para execução da proposta. A matéria foi aprovada no dia 17 de outubro.

"Enviamos o requerimento 4551/2023, no dia 21 de setembro, ao governo do estado solicitando o envio do projeto de lei para a remissão e anistia de dívidas de agricultores e produtores rurais vítimas da seca. Agradeço ao governador Wilson Lima pela sensibilidade e pelo trabalho que vem fazendo em nosso estado. Estou muito feliz com a aprovação desse projeto. Isso vai ajudar muitas famílias vítimas da seca", disse Abrahim.

O parlamentar disse que tem acompanhado de perto os impactos da estiagem no estado, que tem acarretado em uma série de prejuízos, e já é a maior seca registrada na região.

“Tenho acompanhado de perto e visto produtores andando mais de 8 quilômetros para fazer a retirada de seu produto. Outros estão perdendo a sua produção. Tem sido para os produtores mrais e n f r e n t a r e m a b a i x a disponibilidade de água, o que acarreta uma safra de baixa qualidade, com altas perdas na produção. Essas perdas impactam não somente a produção, mas também a economia dos municípios. A remissão e anistia dessas dívidas se fazem necessárias”, concluiu. ”

concluiu Abrahim.





THIAGO ABRAHIM SOLICITA À SECRETARIA DE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA COLETA DE RESÍDUOS NOS IGARAPÉS

O deputado estadual Thiago Abrahim (União Brasil) solicitou à Secretaria de Municipal de Limpeza Urbana no dia 18 de outubro, através do requerimento nº 4838/2023, a coleta de resíduos dos igarapés de Manaus que estão mais em evidência devido à seca que assola o Amazonas.

"A seca que estamos enfrentando este ano é uma das maiores já vividas pelos amazonenses, e castigou mais de 90% de nossos municípios. Manaus também está sofrendo. Tenho recebido inúmeras reclamações do acúmulo de lixo e odor que vem afetando grande parte da população manauara que reside nas proximidades desses igarapés", disse Abrahim.

Thiago Abrahim destacou que, apesar do trabalho habitual da Secretária, é necessário um reforço na limpeza dos igarapés.

" Conseguimos perceber que devido à estiagem, os detritos ficam acumulados na faixa de terra, sendo necessário uma rápida intervenção por parte do poder público para a limpeza desses materiais", pontuou.

O deputado do União Brasil ainda disse que a falta de manutenção nos igarapés na capital, tem causado um extenso acúmulo de resíduos, o que afeta diretamente a qualidade de vida da população.

" As pessoas que transitam e residem nas regiões afetadas com o lixo acumulado estão vulneráveis ao desenvolvimento de doenças. precisamos nos antecipar e prevenir isso. Sem falar das crianças que vivem no entorno e podem ter contato direto com os resíduos", concluiu.





ABRAHIM APRESENTA PL QUE INSTITUI O SELO EMPRESA PARCEIRA DO MEIO AMBIENTE NO AMAZONAS

O deputado estadual Thiago Abrahim (União Brasil) apresentou o projeto de lei no 790/2023, que institui o selo Empresa Parceira do Meio Ambiente. A iniciativa distingue pessoas jurídicas que desenvolvam ou participem de iniciativas e ações que contribuam para a proteção do meio ambiente.

"Precisamos buscar medidas que contribuam para a preservação do meio ambiente. Estamos vivendo com temperaturas elevadas que são provenientes do desmatamento e queimadas da Amazônia. Precisamos proteger a nossa floresta e precisamos da iniciativa privada", disse Abrahim.

Para ter acesso ao selo, as empresas participarão da criação e manutenção de áreas protegidas; recuperação de áreas degradadas; reflorestamento; pagamento por serviços ambientais; conservação da biodiversidade; conservação de recursos hídricos; reutilização, reciclagem, tratamento e disposição adequada de resíduos sólidos.

Também será necessária utilização de fontes de energia renovável em seus estabelecimentos e processos produtivos; racionalização e alcance de metas de redução de consumo de água e energia; educação ambiental e redução de emissões de gases de efeito estufa e outras definidas em regulamento.

"A autorização para uso do selo Empresa Parceira do Meio Ambiente será concedida pelo poder público ou instituição credenciada, mediante solicitação da empresa interessada, conforme critérios e procedimentos estabelecidos em regulamento", explicou o parlamentar.

As despesas necessárias para a concessão e a fiscalização da autorização para uso do selo Empresa Parceira do Meio Ambiente serão custeadas pelo solicitante, mediante pagamento.

"A autorização para uso do selo terá validade de dois anos, podendo ser renovada indefinidamente, mediante nova avaliação e vistoria do poder público ou do órgão ou entidade certificadora", concluiu.

Ainda de acordo com o projeto de lei, "em caso de descumprimento dos critérios que justificaram a concessão da autorização para uso do selo de que trata, o órgão concedente providenciará o imediato descredenciamento da empresa beneficiária".

PROJETO DE LEI QUE PROÍBE "LISTA NEGRA " CONTRA CONSUMIDORES TRAMITA NA ALEAM

Tramita na Assembleia Legislativa do Amazonas o projeto de lei no 833/2023, de autoria do deputado estadual Thiago Abrahim (União Brasil), que veda o cadastro ou "lista negra" de consumidores com ação judicial em face de fornecedores de produtos e serviços.

"Essa lista é elaborada por financeiras e bancos através de cadastro de consumidores que litigam contra elas em juízo, seja em busca de revisão de juros, como também em outras situações variadas. É um tipo de punição", explicou Abrahim.

A manutenção da "lista negra" sujeita os infratores às sanções administrativas a serem fixadas pelo Instituto de Defesa do Consumidor do Amazonas (Procon-AM).

De acordo com o projeto de lei, é comum as instituições financeiras apresentarem a "lista negra" incluindo dados do consumidor que tenha apresentado pleito judicial contra determinada instituição financeira. Assim, o consumidor será considerado persona non grata pelo sistema e sofrerá restrições ao buscar crédito.

"A lista serve unicamente como instrumento de retaliação ao consumidor, simplesmente pelo fato deles recorrerem a um direito que lhe é garantido constitucionalmente. O projeto de lei busca eliminar essa prática, que é vista como uma forma de punição ao consumidor", concluiu.

PROFESSORES ANDREWS MONTEIRO E VALBER BARBOSA SÃO HOMENAGEADOS COM MEDALHA DO MÉRITO EDUCACIONAL DA ALEAM

Os professores Andrews Monteiro de Castro e Valber Barbosa Martins foram homenageados, no dia 18 de outubro, com a Medalha do Mérito Educacional Professora Ignês de Vasconcellos Dias, na Assembleia Legislativa do Amazonas. Os indicativos são do deputado Thiago Abrahim União Brasil).

Andrews Castro é pedagogo itacoatiarense e atua na educação em escolas de várzea e tem experiência em Educação de Jovens e Adultos (EJA).

"Enquanto presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Rural e Regional da Aleam não poderia deixar de homenagear quem contribui para o ensino no Interior. Andrews é um jovem professor que se dedica diariamente a levar o ensino àqueles que mais precisam. Ele é merecedor dessa homenagem", disse o proponente da matéria.



O segundo homenageado de Abrahim é o Doutor Valber Martins, graduado em odontologia e, atualmente, é pró-reitor de interiorização da Universidade Estadual do Amazonas (UEA).



"O professor Valber tem realizado um trabalho muito importante para levar a educação para o nosso interior. Recentemente, apresentei um requerimento à Aleam para implantação do primeiro polo rural da UEA na Vila de Novo Remanso. A Universidade prontamente nos atendeu e o povo será instalado. Gratidão ao professor Valber pela atenção e o compromisso conosco. Comenda justa e merecida", concluiu o deputado.

ORIGEM DA MEDALHA

A Medalha do Mérito Educacional foi instituída pela resolução legislativa no 459/2009. O objetivo da honraria é reconhecer os profissionais de educação que se destacam com práticas pedagógicas inovadoras contribuindo para melhoria do ensino, seja na rede pública ou na rede privada do Amazonas.

A professora Ignês de Vasconcellos Dias, que dá nome à medalha, se tornou referência como educadora no Amazonas, tendo dedicado sua vida ao magistério, até chegar ao cargo de secretária de Estado da Educação.



**JUNTOS POR UM
AMAZONAS
+ FORTE**

155

Requerimentos

31

Projetos de Lei Ordinária

5

Leis

2

Projetos de Lei Complementar

1

Projetos de RESOLUÇÃO LEGISLATIVA



S I G A - M E N A S R E D E S S O C I A I S

 @ThiagoAbrahamAm  JTAbrahim  @thiagoabraham

EXPEDIENTE

JORNALISMO

Luana Dávila

FOTOGRAFIA

Jhonatan Darth

SOCIAL MEDIA

Felipe Brandão

DESIGN GRÁFICO

Ruan Lucas